



## CRITÉRIOS PARA CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

- 13.2 A prova discursiva será composta por **05 (cinco) questões de Conhecimentos Específicos** conforme estabelecido na Tabela 10.5 deste Edital.
- 13.3 No julgamento da prova discursiva, a Banca Examinadora apreciará, além do conhecimento técnico-científico sobre a matéria, a sistematização lógica e o nível de persuasão, bem como a adequada utilização do vernáculo.
- 13.3.1 Na correção da prova discursiva, será respeitada a singularidade linguística da escrita do candidato surdo, valorizando o aspecto semântico, nos termos da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005.
- 13.4 A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:
- a) o atendimento ao tema proposto na questão;
  - b) a clareza de argumentação/senso crítico;
  - c) a seletividade de informação;
  - d) a utilização adequada da Língua Portuguesa;
- 13.5 O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero):
- a) em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
  - b) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
  - c) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
  - d) não apresentar as questões redigidas na FOLHA DA VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
  - e) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos);
- 13.6 A correção da prova discursiva será realizada por uma Banca Examinadora, a qual avaliará os Conhecimentos Específicos bem como a utilização adequada da Língua Portuguesa.
- 13.7 O candidato deverá obter **10,00 (dez) pontos** ou mais na prova discursiva e estar classificado até o limite previsto no subitem 14.1 para ser convocado para a prova de desempenho didático.
- 13.8 A folha da VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da prova discursiva.
- 13.9 O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta de cada questão da prova discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.
- 13.10 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase.
- 13.11 Quanto ao resultado da prova discursiva, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 19 deste Edital.

## GABARITO QUESTÃO DISCURSIVA

**Questão 1.** A atual Política Nacional de Educação Especial apresenta uma perspectiva de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Qual a sua posição quanto a inclusão de surdos no ensino regular? Argumente sua resposta.

### EXEMPLO 1

#### Para quem é favorável a inclusão

R: Por muitos anos os surdos estiveram e em muitos casos, ainda estão a margem do processo educacional a que todos tem direito. A política de integração dos surdos na escola regular não permitiu que eles tivessem acesso aos conteúdos em condições iguais ao ouvintes, porque eram eles, os surdos que tinham que se adaptarem ao modelo de educação em que eram expostos. A política atual cuja perspectiva é inclusiva apresenta um ganho de qualidade em relação à todas aquelas que já foram adotadas, porque, ao meu ver, inverte o foco de ação. Não é mais o aluno quem tem que se adaptar ao modelo de de educação, mas sim, todo o sistema educacional é que deve se adaptar para receber o aluno surdo, pois, uma vez matriculado no ensino regular, ele terá direito ao ensino em Libras, o ensino de Libras e ensino de língua portuguesa como segunda língua. Por isso, sou favorável à inclusão de surdos no ensino regular, a partir da adução de políticas como essa que de fato podem incluir o surdo no contexto de educação.

### EXEMPLO 2

#### Para quem é contra a inclusão

Por muitos anos os surdos estiveram e em muitos casos, ainda estão a margem do processo educacional a que todos tem direito. Incluir um surdo no ensino regular é negar a ele a construção de sua própria identidade. Mesmo considerando uma política de inclusão que leva em conta a necessidade específica do educando, que no caso dos surdos é o respeito à língua de sinais, a escola regular inclusiva não é o espaço ideal de aprendizagem para eles. Os surdos devem ser educados em escolas especiais cuja perspectiva educacional seja o bilingüismo. É nesse ambiente que os surdos podem adquirir não só a língua de interação e instrução (língua de sinais), mas também, os demais elementos da cultura surda, levando-os a construção de uma identidade surda, pois é aí, nesse espaço de troca lingüística, cognitiva, moral, social, política e etc que os surdos encontram pares em que poderão espelhar-se. Paridade essa não encontrada nas escolas regulares ditas inclusivas. Por isso, sou contra a presença de surdos em escolas que

na sua concepção foram criadas para educar ouvintes.

**Questão 2.** Dentre propostas sugeridas para a educação de surdos, a educação bilíngüe tem sido alvo de reflexões pelos profissionais que se dedicam ao atendimento de estudantes surdos. O que vem a ser essa proposta educacional? Quais características ela possui?

**EXEMPLO**

R: Atualmente, muito se discute a respeito da educação bilíngüe. Um grande número de pesquisadores em educação de surdos principalmente aqueles que se dizem defensores da cultura surda, têm lutado para que os surdos sejam educados através da abordagem educacional bilíngüe, mais conhecida como bilingüismo. Contudo, alguns autores afirmam não ser conveniente o uso do termo “Educação Bilíngüe” alegando que seria mais correto se nos referíssemos a esta abordagem como “Abordagem Educacional com Bilingüismo”, pois, bilíngüe é o falante, é a pessoa. A abordagem educacional com bilingüismo é, portanto, aquela que estabelece acima de tudo um trabalho escolar feito em duas línguas, com diferentes privilégios entre ambas, sendo: a Língua de Sinais como 1ª língua (L1) e, a língua da comunidade ouvinte local como 2ª língua (L 2). Caracterizando se assim, como uma abordagem realmente sólida que propõe o uso separado da língua de sinais e da língua oral (apenas na modalidade escrita em alguns casos), postulando que o surdo tenha capacidade para fazer uso de ambas.

**Questão 3.** No contexto escolar, o educando surdo, filho de pais ouvintes, apresenta dificuldades para aprender Libras, por conviver em um ambiente onde não há exposição à língua de sinais. Que estratégias o Instrutor de Libras deve priorizar em seu planejamento para o atendimento deste educando?

**EXEMPLO**

R: Primeiramente o instrutor deve reconhecer que o planejamento é o referencial para o seu agir pedagógico, portanto, não basta elencar os conteúdos a serem estudados ao longo do período e pensar que planejou suas aulas. É preciso, antes de mais nada, registrar as ações que neste caso específico deverá contemplar atividades que exponham os surdos ao modelo lingüístico esperado tais como: contar de estórias e histórias do folclore popular, apresentar peças teatrais em língua de sinais, narrar fatos corriqueiros que expressem o modo surdo de se relacionar com o mundo e desenvolver atividades que façam parte não só do cotidiano escolar, mas de toda realidade que cerca o sujeito surdo, procurando sempre atribuir funcionalidade a cada ação proposta. O educando surdo precisa ser exposto a um modelo lingüístico que contemple sua capacidade de apreensão da língua e, sendo assim, o convívio com pessoas que sinalizem fluentemente a língua de sinais é primordial. Para tanto o instrutor de língua de sinais precisa planejar, também, atividades que envolva esses usuário proficientes no processo de ensino.

**Questão 4.** Algumas línguas orais e várias línguas de sinais, como a Libras, por exemplo, possuem um tipo de morfema gramatical que é afixado a um morfema lexical ou sinal, muito usado por aqueles que têm boa fluência nessa língua e, é conhecido com o nome de “classificadores”. O que são esses classificadores? Como eles são usados na Libras?

**EXEMPLO**

A língua de sinais, ao contrário do que muita gente pensa possui elementos estruturantes que assemelham-se em muitos aspectos com as línguas orais, pois, possuem os mesmos níveis fonológico, morfológicos, sintáticos e semânticos. Entretanto, os classificadores são mais comuns nas línguas de sinais da que nas orais. Trata-se de configurações de mãos que, relacionadas à coisa, pessoa e animal, funcionam como marcadores de concordância. Portanto os classificadores na LIBRAS são marcadores de concordância de gênero: PESSOA, ANIMAL, que, substituindo o nome que as precedem, pode vir junto ao verbo para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo. Seu uso se dá em diferentes contextos, por exemplo: os classificadores para PESSOA e ANIMAL podem ter plural, que é marcado ao se representar duas pessoas ou animais simultaneamente com as duas mãos ou fazendo um movimento repetido em relação ao número e os classificadores para COISA representam, através da concordância, uma característica desta coisa que está sendo o objeto da ação verbal.

**Questão 5.** Qual a relevância do trabalho do professor surdo para o desenvolvimento dos alunos surdos no contexto da educação bilíngüe?

Os surdos compreendem melhor outro surdo quando estão sinalizando, são eles que melhor conhecem a estrutura de pensamento de um surdo, são eles que entendem como um surdo organiza suas ideias e como compreendem ou processam as informações fornecidas pelo interlocutor. Na convivência com o outro, onde a surdez é o traço comum, ele, o surdo aprende questões básicas de comportamento, ou de atitudes que deverá assumir quando caminha rumo à apropriação de sua autonomia. Tarefa que, se atribuída aos ouvintes surgirão, sem sombra de dúvida, dificuldades para que ela seja levada a cabo. Portanto, a presença do professor surdo na escola bilíngüe não é apenas uma questão de relevância, é antes de mais nada, condição sem a qual a escola possa ou não ser chamada de bilíngüe. A pequena participação dos surdos como professores de surdos se dá pelo reduzido número de surdos formados nas universidades brasileiras. Os surdos não se formam nessas instituições, primeiro porque não ingressam na mesma proporção que os ouvintes e segundo porque a permanência desses nessas instituições depende de uma série de ações que vão além da presença do intérprete nas salas de aula.